

Desenvolvimento sul-rio-grandense (1930-1945): atuação da elite política e econômica na região do Planalto Médio

Maria Eloisa Cavalheiro *

Resumo

Este estudo teve a finalidade de investigar as articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como a contribuição das mesmas, no desenvolvimento econômico sul-rio-grandense entre 1930 a 1945, nos municípios de Passo Fundo e Carazinho. A hipótese levantada partiu do pressuposto de que as elites políticas delimitavam sua esfera de poder através do poder econômico, numa demonstração de que àqueles que representavam as forças econômicas dos municípios pesquisados eram os mesmos que se salientavam na vida política regional, ocupando cargos importantes, sendo escolhidos pelo favoritismo do governo Vargas e dos partidos que o apoiaram em sua trajetória. Concluímos que as elites políticas faziam parte do contexto institucional de modo direto ou indireto, ocupando cargos e posições de confiança dos partidos políticos que davam suporte ao governo, ao passo que as elites econômicas atuavam nos diversos segmentos da sociedade, destacando-se em diferentes ocupações e profissões.

Palavras-chave: Elites. Poder. Desenvolvimento regional.

Abstrat

This study was the purpose of investigating the joints policies established by the regional elites gaúchas as well as the contribution of them in the economic development south-Rio-Grandense between 1930 to 1945, in the municipalities of Passo Fundo and Carazinho. The hypothesis based on the assumption that political elites delimited its sphere of power through economic power, a demonstration that those who represented the economic forces of the counties surveyed were the same stressed that the regional political life, occupying important positions, and chosen by the government of favoritism Vargas and parties that supported him in his path. We conclude that the political elites were part of the institutional context of direct or indirect way, occupying positions of trust and positions of political parties who gave support to the government, while the economic elites working in different segments of society, especially in different occupations and professions.

Keywords: Elites. Power. Regional development.

1 Introdução

Neste estudo, tratamos da investigação histórica acerca dos pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como da sua contribuição para o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense, no período de 1930 a 1945. Assim, analisamos as repercussões e situações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul naquela época, as quais contribuíram para o desenvolvimento econômico em nível local, especificamente dos municípios de Passo Fundo e Carazinho.

* Docente da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo- UPF

Igualmente, nosso trabalho buscou averiguar a atuação das elites políticas sul-riograndenses, a fim de obter resposta ao problema de pesquisa proposto, que investigou como as elites políticas e econômicas delimitavam suas esferas de poder e de que forma as subordinavam ao seu poder econômico. Entendemos que uma das abordagens que se impõe nesta pesquisa consiste na possibilidade da existência de uma diferenciação entre os conceitos de elite política e elite econômica, embora a literatura disponível traga a idéia de que esses segmentos sociais são praticamente idênticos. No entanto, partimos da concepção de que existe uma diferença entre ambas, pois a elite política está ligada aos espaços de poder, à tomada de decisões, ao encaminhamento dos projetos de interesse mais amplos da sociedade, ao passo que a elite econômica depende das medidas, dos avanços e das tomadas de decisão da classe política, as quais possibilitam sua atuação nos setores industrial, comercial, madeireiro e agroindustrial, através de interventores, prefeitos, vereadores, líderes eleitos por partidos políticos.

Assim, essa relação aponta a vinculação de poder nas esferas política e econômica dos contextos estudados, especialmente em se tratando do desenvolvimento da região. No entanto, discordamos de Luíz Pecoitts Targa (1998: 68-69), quando afirma que “no Rio Grande do Sul foi sempre o político que gerou o econômico”, entendemos que o político serviu apenas como um canal de diálogo para sustentar os interesses das elites econômicas.

Enfatizamos uma proeminente contribuição para a análise política, na qual se insere o estudo da atuação das elites políticas e econômicas contemporâneas. No plano político, pela delimitação da trajetória dos parlamentares, identificamos a posição preferencial de operação, ou seja, se esta se encontra no próprio Poder Legislativo ou se é utilizada a carreira congressual como desvio para objetivos políticos mais significativos, em especial o acesso a cargos no Poder Executivo. (BOSCHI; DINIZ; SANTOS, 2000). Para tanto, incluímos os conflitos ideológicos que são oriundos, por exemplo, da Revolução de 1930, bem como a disputa por cargos políticos por parte da elite governante e da não governante.

Em relação à inserção econômica, a incorporação de novos atores e a retirada de outros ocorrem em consonância com determinações do plano político. O importante nessas constatações reside, sobretudo, na continuidade e descontinuidade dos atores, que estão imbuídos de caráter de modernização conservadora no plano político, o que oportuniza uma discussão dos problemas gerados por relações de ordem econômica e política, situando-os no contexto do capitalismo tardio e dependente.

É nessa concepção que as elites se apossam de discursos não dominantes de demandas populares com o intento de construir um projeto nacional, de difundir uma idéia de

participação e pertencimento nos assuntos relacionados ao poder público. Assim, o discurso político é o lugar mais apropriado para a invenção desse “projeto coletivo”. Foi a partir do discurso que as elites buscaram subjugar sentimentos minoritários locais identitários a um sentimento identitário nacional, submetendo qualquer sentimento de pertencimento a outros grupos, como, por exemplo, de crença religiosa, classe social, agremiações políticas, associações etc. Assim, o indivíduo tem a necessidade de se reconhecer como membro de uma nação pela qual deve abandonar interesses particulares em função do “bem comum”. (IBID: 07-08)

2 Desenvolvimento industrial e econômico no Brasil

A nação é uma categoria, uma construção simbólica que possui a sua origem associada a interesses específicos de grupos que fazem parte de uma elite político-econômica, a qual tomou para si, em nome do desenvolvimento público, a missão de unir populações pertencentes a um mesmo território. Entretanto, o projeto de nação que nasce para apoiar o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo como sistema e da burguesia como classe dominante e legítima “foge das mãos” dessas elites e torna-se patrimônio comum a todas as classes sociais, sendo passível de metamorfoses e reorganizações segundo a visão dos mais variados segmentos da sociedade. (IBID). O projeto de nação identificado neste trabalho é o projeto formulado pelas elites dominantes, de maneira especial pelas elites políticas e econômicas.

É do conhecimento geral que o Brasil teve um processo de industrialização tardio, em grande parte provocado pelo primeiro conflito mundial e, posteriormente, por um contexto conjuntural de dificuldades para importar produtos industrializados e insumos, pela ociosidade de capital provocada pela crise do café, pelo reduzido mercado interno, bem como pela estrutura econômica e política existente até as primeiras décadas do século XX. (TEDESCO, 2005).

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente, como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, o que é chamado de “capitalismo industrial”. O processo de industrialização em qualquer região supõe como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil, além de, correlatamente, implicar um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. (DE MELLO, 1982).

A economia cafeeira capitalista criou as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria ao gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social e passível de se transformar em capital produtivo industrial; ao transformar a própria força de trabalho em mercadoria e, finalmente, ao promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. (IBID).

Não podemos negar que o movimento do capital cafeeiro, em relação ao capital industrial, beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da política econômica do Estado. O complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro, que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque atravessávamos um período exportador. (CARDOSO, 1977: 57-58).

O complexo exportador cafeeiro criou demanda não somente para bens de consumo, como também para meios de produção. Com as profundas desvalorizações cambiais e o comportamento da taxa de salários, a rentabilidade da indústria de bens de produção, como a siderúrgica, foi negativamente afetada em relação à indústria de bens de consumo, por se caracterizar por uma maior relação do capital com o trabalho e necessitar um maior componente importado dos elementos do capital constante. (FURTADO, 1968).

Nesse contexto, aceleram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas à custa da liquidação de empresas marginais. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista, está duplamente determinada: pela realização do capital cafeeiro e pela acumulação do capital industrial. (IBID).

Para Singer (1976) o conteúdo histórico-estrutural do desenvolvimento foi, antes de tudo, uma ideologia da transição, da consolidação da burguesia industrial, acoplada, funcionalmente, a outros setores, como, por exemplo, o agrícola e o financeiro, inserida numa dimensão da racionalidade do processo produtivo e social, sob a dinâmica da máquina e do consumo. Isso repercutiu diretamente na promoção das condições de vida e também na mobilidade social contínua e expressiva, que simbolizou a idéia do progresso e do bem-estar social. Vargas fora capaz de encaminhar o desenvolvimento nacional, pois introduziu um novo modelo para desenvolver o Brasil, de um Estado absolutamente agrícola, passou a industrial, de rural para urbano, mudando dessa forma a conjuntura nacional vigente até então.

3- Contribuição das elites políticas e econômicas para o desenvolvimento regional/local

Quando se pensa em elites políticas e econômicas, por sua vez se identifica que o espaço econômico apresenta condições de determinar o modelo de atuação dos grupos de interesse com maior prestígio na condução da política econômica. Como exemplo desta assertiva mencionamos a linhagem como um fator determinante da base sólida e consolidada de um segmento social. (MILLS, 1962: 68). Nesse sentido, concordando com Mills, constatamos que existem indícios concretos de que as repercussões e situações políticas no Rio Grande do Sul no período em estudo, referentemente às categorias ou grupos sociais que ocupavam o topo de estruturas de poder, influenciavam na distribuição de recursos para os Municípios, com vistas ao processo de construção do Estado pós-1930. Tais grupos é o que denominamos de “elites”, sejam políticas, sejam econômicas, pois mantinham uma relação estreita para se fortalecerem. (IBID).

Com base nas análises realizadas no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, observamos que o contexto que envolveu o cenário do Estado Novo estava subordinado as articulações de poder nos âmbitos nacional e estadual, que interferiram e repercutiram em níveis municipais de acordo com uma minoria detentora do poder econômico, político, social e cultural, em contraposição a uma maioria que se encontrava privada do poder.

Igualmente, foi nessa situação, marcada por disputas e debates em torno da determinação de uma nova estratégia de poder, que persistimos ser no quesito do desenvolvimento econômico regional, fundamentado em razões políticas, econômicas e sociais, que essa mesma relação se tornava uma questão central no cenário político e um problema crucial para a construção de um projeto que combinasse estabilidade política, ordem social e desenvolvimento econômico.

Na visão de Diniz (1983: 311). a evolução da estrutura produtiva no decorrer do período compreendido entre 1930 a 1945 confirma a aceleração do processo de passagem do pólo dinâmico da economia do setor exportador para o setor produtor para o mercado interno, incluindo-se aí a atividade industrial. Levantar o véu da questão passa, necessariamente, pela caracterização das forças sociais que impulsionaram a industrialização e pela análise da importância da atuação de grupos técnicos, ligados à burocracia estatal, civil e militar, na formulação e implementação de medidas de caráter industrialista e modernizante.

Ressaltamos que entre os anos de 1945/1950 ocorreu a consolidação da segunda fase do processo de substituição de importações, especialmente das referentes aos bens de consumo duráveis. O início das atividades da indústria automobilística, seguida da indústria

de eletrodomésticos e de eletroeletrônica, introduziu e agilizou esse importante setor econômico. Tal processo demandou aumento de capital, tecnologia atualizada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial, concentração espacial da propriedade, das riquezas do capital e da renda. (TEDESCO, 2005).

Daí o sentido de Tedesco afirmar que, em se tratando da questão industrializante, a burguesia industrial não foi, em sua totalidade, hegemônica, pois as direções e limites do sistema econômico e político nacional e a internacionalização obrigaram à recomposição de forças no interior da classe dominante e dirigente. Assim, havia um empenho tanto por parte da burguesia agrária como da burguesia internacional, e, mesmo que não fossem hegemônicas, estavam comprometidas entre si e tinham laços tanto com o mercado interno como com o externo. Além disso, sua estrutura e incorporação econômica assentavam-se sobre a égide da racionalidade capitalista, produzindo para o mercado externo e acompanhando as transformações estruturais da economia como um todo. (IBID: 39)

Acompanhando o exposto, lembramos que, desde o final do século IX, o Rio Grande do Sul vivia o seu processo de constituição de uma sociedade capitalista, comportando a transformação capitalista da grande propriedade agrária e a constituição de uma ordem burguês-industrial. Nessas transformações, o Estado desempenharia importante papel. O Partido Republicano Riograndense, no plano econômico, defendia um modelo diversificado e integrado de desenvolvimento, no qual os setores primário e secundário se inter-relacionassem. Mesmo não elaborando um projeto industrializante, o PRR tinha entre as suas preocupações o apoio ao desenvolvimento industrial. (PESAVENTO, 1988: 12).

Nessa medida, ao lado da elite técnica, enfatizamos o papel da elite política como agente de modernização, sem negar a relevância da participação desses setores na definição de linhas de ação identificadas com o reforço do capitalismo industrial, visando à maior competição política entre as elites e a uma maior complexidade socioeconômica. (DINIZ, 1983). Sabemos que no início do século XX as elites econômicas, sociais e intelectuais se igualavam com as elites políticas. Para tanto, foi proporcionada a acessibilidade a cargos públicos a indivíduos da classe média, o que se constituiu como uma força de retenção das elites políticas para que não se sobrepusessem tanto às outras.

Assim, no recorte político e econômico proposto, envolvendo os municípios de Passo Fundo e Carazinho, no período de 1930-1945, reconhecemos que a elite política é entendida como um pequeno grupo de pessoas que detinham o controle político da sociedade regional e também os cargos e funções no âmbito do poder institucional. Conseqüentemente, é óbvio que o alcance econômico e social das decisões políticas da época adotavam estratégias que

beneficiavam diretamente os grupos detentores do poder que tenham permanecido ou não no mesmo.

Dessa forma, consideramos a existência de espaços e grupos de poder que atuavam também no âmbito do poder não institucional, exercendo uma sutil pressão. Estamos nos referindo, portanto, a outro tipo de elite, a intelectual, responsável pela formação e divulgação de um conjunto de idéias que a apóiam (ou não), bem como promovem uma coesão (ou não) entre os diversos grupos que compõem a sociedade.

Nesse estudo, para definir quem foram os integrantes da elite política que atuaram no período de 1930 a 1945 em nível estadual e federal, o critério utilizado foi o da pesquisa em jornais, arquivos, atas e documentos, de modo a levantar os nomes, partido político, período e designação. Dessa forma, analisamos os critérios de posse e controle de cargos, evidenciando quem era, no período, presidente da República, governador, interventores, deputados federal e estadual. Assim, para analisar a configuração e o comportamento das elites políticas do Rio Grande do Sul, no período estipulado pela pesquisa, tomando como referência o critério apresentado, elaboramos quadros dos integrantes das elites políticas no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo e Carazinho. Aqui desvelamos as particularidades sociais mais exigidas em cada grupo e sua evolução no tempo, pois tratamos da composição do capital e de atributos políticos, culturais, econômicos e sociais, para, então, observar a sua valorização ou não dentro do contexto do estudo. Nesse estudo pela descrição dos atores e de seus discursos proferidos, pudemos analisar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política de cada membro considerado elite.

Nesse sentido, identificamos pelas atas da Associação Comercial, dos municípios de Passo Fundo e Carazinho, as características consideradas essenciais para que alguém pudesse fazer parte do contexto social, político e econômico da época estudada. Entretanto, percebemos uma forte ligação entre poder econômico e poder político, uma vez que os que detinham o primeiro normalmente conduziam o segundo, ou, então, faziam-se representar por alguém do seu grupo, importante se faz esclarecer que os representantes do poder político (elites políticas), dependiam do poder econômico (elites econômicas) para delimitarem suas esferas de poder.

Bourdieu (1988: 132-134) esclarece que nessa relação de força são utilizados pelos agentes os capitais, ou seja, poderes de várias espécies que ocorrem em diferentes campos, os quais determinam as diversas práticas do agente de posicionar-se em cada campo da estrutura social. Nesse sentido, o agente é considerado ativo e passivo da ação; portanto, mantém-se num constante deslocamento dialético, no qual se impõe e reage às determinações relativas aos princípios que classificam e dão formas à apropriação da estrutura social.

Seguindo essa linha de raciocínio e buscando comprovar a afirmação de que as elites da época estabeleciam esse elo entre si, levantamos os nomes das elites políticas, apresentados na forma de quadros, agrupados da seguinte forma: a) em nível nacional e estadual organizamos a nominata dos políticos, acompanhada do seu nome completo, participação em entidades culturais e profissionais, função pública, função política e partido político de cada integrante; b) em nível municipal, especificamente em Passo Fundo e Carazinho, organizamos a listagem dos políticos com seus nomes completos, designação dos cargos, funções e profissão; o histórico da filiação partidária; o ano/período que permaneceram nos referidos cargos, além de observações para elucidar a participação dos mesmos em outros segmentos econômico-sociais, que sempre possuíam vínculo com o poder em algum momento, uma vez que participavam de comissões e outras funções dentro das Câmaras de Vereadores e em entidades representativas de classes, a exemplo das associações comerciais, grêmios recreativos e outras semelhantes.

As elites políticas e econômicas, personagens atuantes dentro de um processo histórico, encontram-se expostas a toda sorte de interpretações. As ações, as falas, as posições tomadas por esses membros acabam sendo transmitidas para grande parte da sociedade por meio de um poderoso filtro político-ideológico: os meios de comunicação. Assim, as interpretações formadas pelo senso comum (ANTONI, 2002: 88) partem não somente da sua relação direta com os membros de elites, mas, também, de uma leitura seletiva realizada por outros grupos, denominados aqui de contra-elites. Nesse sentido, uma primeira característica a ser apontada está relacionada à construção de um discurso fundador, à elaboração de um passado histórico comum que congregou todos os membros representantes da elite. Nesse discurso fundador se agregaram, por exemplo, os baseados em Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Revolução de 1930, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, entre outros, os quais tinham como característica fundamental o processo de mitificação e valorização desses personagens do Rio Grande do Sul e do Brasil.

4-Considerações finais

No caso específico da proposta de pesquisa, nosso estudo demonstrou que a burguesia teve papel importante nas relações políticas da época retratada porque foi a responsável pelas oportunidades de formação da classe trabalhadora, em virtude da detenção do capital e do prestígio político, sem os quais não teria se iniciado o processo de industrialização do país. Nesse contexto, o Estado figurava como agente intervencionista e figura de dominação,

impondo suas idéias e tendo-as acatadas pela maioria, que almejava se manter numa posição privilegiada. Em Carazinho e Passo Fundo, refletindo o resto do Rio Grande do Sul, o poder permanecia nas mãos da elite militar, estancieira e política, alternando-se conforme sua conveniência.

Os documentos analisados no decorrer de nosso estudo comprovaram que as elites regionais retratavam uma aproximação ideológica com as pretensões da elite nacional, especialmente em relação ao poder com que se investiu Getúlio Vargas, em nome do qual as lideranças políticas de Passo Fundo e Carazinho realizavam e justificavam seus atos. Assim, procuravam se manter sempre no poder, em razão dos privilégios e regalias que tal condição lhes proporcionava.

Lembramos que a prática da política em Passo Fundo e Carazinho, como forma de manifestação partidária, constituía-se em fator de considerável expressão e forte mobilização para conduzir os rumos da economia desses municípios. Esse percurso, permeado por graves dissensões, permitiria aos atores dessa trama, beneficiados por contextos políticos diferenciados, conceder o poder, ora a um, ora a outro grupo em litígio, possibilitando, por essa razão, ações em benefícios de suas causas e desejos. Assim, todos os personagens que fizeram parte desse jogo político foram importantes para o desenrolar dos acontecimentos e do desenvolvimento de seu município.

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente após a Revolução de 1930, passou a ocupar uma posição de liderança político-partidária em nível nacional, em razão da ida de Vargas para o Governo Provisório, acompanhado de um número significativo de líderes políticos locais. Averiguou-se que tanto em nível federal, quanto estadual e local, as relações de poder sempre estiveram atreladas no processo de adequação das relações de produção ao desenvolvimento anterior às forças produtivas, convergindo no sentido de criar melhores bases para o desenvolvimento industrial. Para tanto, em decorrência das crises econômicas e políticas ocorreu o aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, essas relações econômicas e políticas engendraram novas funções do Estado, oportunizando a criação de melhores bases econômicas e institucionais para dessa forma promover o desenvolvimento industrial, de acordo com os interesses dos grupos de elite.

Analisando os componentes das elites políticas e econômicas dos dois municípios, é visível a repetição de nomes em ambos os segmentos, indicando que os interesses se entrecruzavam, em especial diante da reconhecida projeção econômica desses municípios no comércio da madeira, pois, além de atrair trabalhadores e imigrantes para a região, despertava

as atenções de políticos, mesmo durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Planalto Médio era ponto de apoio, referência, acolhida e até alimentação dos revolucionários.

Em nível regional, o modelo de Estado de Vargas praticou políticas relevantes para o processo de industrialização do Planalto Médio. Essa postura vinha ao encontro da proposta do governo federal, no sentido de retirar o país da dependência das importações externas. Em Passo Fundo e Carazinho foi expressivo o aumento de empresas, indústrias e associações, evidenciando o cunho social das novas classes proletárias, que passaram a requerer atenção e legislação condizentes com esse novo modelo de Estado. Ressaltamos a importância dos sindicatos e associações nessa época, porque atuavam e decidiam, juntamente com as elites políticas e econômicas, as questões vitais para o desenvolvimento dos municípios, embora a vontade unilateral dos detentores do poder sempre se sobrepusesse às expressas pela minoria, no caso, dos sindicalizados.

Comprovando a hipótese, constatamos que as elites políticas se delineavam a partir dos cargos que seus membros ocupavam nas esferas do poder, e as elites econômicas, pelo próprio poder econômico que detinham, em virtude dos bens patrimoniais que possuíam; assim, conseguiam intervir também na vida pública de sua região. Dessa forma, concluímos que existe uma diferença entre a conceituação das duas elites referidas, pois a elite econômica valia-se dos meios materiais para se destacar na sua região, ao passo que a elite política funcionava como um canal de comunicação entre o que a elite econômica precisava para continuar progredindo individualmente e, ao mesmo tempo, trazer para a região conquistas e benesses que se refletiam no bem coletivo.

Referências

ANTONI, Edson. *Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: Albuquerque, J.A. Guilhon. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DE MELLO, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DINIZ, Ely Roque. *Empresários e estado na década de trinta*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Erus, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.